

# Constituinte — a opção entre radicalizar e dialogar

anc p-306 JAN 1988 CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA FOLHA DE SÃO PAULO

**A** Assembléia Nacional Constituinte passará a viver a sua fase mais difícil: a hora decisiva da escolha entre caminhos.

Da opção entre a tendência para o impasse, o confronto com a indesejável generalização de radicalismos de variados matizes ou a do bom senso, do meio termo ideal, encontrável somente pelo diálogo.

Sem dúvida, a resposta cabe mais aos próprios constituintes do que a nós todos, que compomos a sociedade brasileira, e assistimos muito preocupados o que vem acontecendo.

Numa rápida retrospectiva do ocorrido na Constituinte, a primeira radicalização, que passou quase despercebida, foi quando se engendrou um regimento interno que desaguava numa Comissão de Sistematização dominada por minoria e cujo relator dispunha de poderes quase absolutos. Em seguida, a escolha dos relatores das subcomissões e das comissões temáticas recaindo somente sobre os

chamados "progressistas", criou uma situação insuportável para a maioria, alijada do centro das decisões.

Principalmente daí, e por isso, surgiu o chamado "Centrão", como reação a um estado de coisas e constituindo-se num somatório de insatisfações diversas, por muitos acoimado de direita. Não pode, contudo, esse movimento ser identificado dessa maneira facciosa e simplista. É ilusória, ademais, a sua configuração como a única saída, como salvação, ou qualquer coisa do gênero. Se o "Centrão" significa um legítimo retorno à preponderância do maior conceito imanente a qualquer regime que aspira ser democrático, estas preponderâncias não hão de custar o desrespeito às minorias. Não é possível confundir predomínio com hegemonia.

Devemos continuar procurando fazer com que a nossa futura Constitui-

ção seja um marco de convivência entre os vários segmentos da nossa sociedade, cada um deles com suas necessidades e características, assim como os brasileiros, cada qual com seus anseios e esperanças. Mas, sem perdermos de vista os interesses maiores da Nação, e a viabilidade desta em termos concretos.

Deste modo, penso seja imprescindível acabar, de uma vez por todas, com quaisquer mal-entendidos que porventura existam sobre quais tenham sido a real conduta e os objetivos maiores da Fiesp-Ciesp e daqueles que a dirigem, em nome da parcela mais significativa do empresariado industrial brasileiro.

Para bem representá-la, temos o dever de conversar e dialogar com todos que, enquanto governantes ou legisladores, detêm alguma parcela de responsabilidade pelo futuro do Brasil. Jamais nos permitiremos deixar de nos aproximar e colaborar, quando possível, com as pessoas,

sejam autoridades ou líderes de quaisquer setores da sociedade, que procurem esta Casa tentando soluções para problemas que aflijam a indústria de modo particular, ou o país, sob um aspecto mais amplo.

O que importa, neste exato momento, em que sentimos a importância do que se está passando na Constituinte, é apenas reafirmar nossa convicção de que mais do que nunca faz-se necessário dialogar e negociar, afastando todas as radicalizações.

E, mais do que isto, fazer sentir a todos os companheiros o quanto é necessário que nos mantenhamos unidos e coesos, interna e externamente, nesta hora em que alguns, seja por ideologia, seja por interesses políticos ou até pessoais, gostariam de ver-nos divididos.

Estamos ainda em meio à jornada.

CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA, 48, é o 1º vice-presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.